
A ESCOLA COMO GRUPO INSTITUÍDO E AS CONTRADIÇÕES DA SOCIEDADE DE CLASSES: Subsídios para a análise da educação brasileira.

Rosilda Arruda Ferreira *

RESUMO: O texto apresenta uma breve discussão acerca da escola enquanto instituição social. Para tanto, considera dois enfoques principais que classificam algumas concepções teóricas a partir de sua ênfase na idéia de consenso ou conflito. Destaca, desse último enfoque, a abordagem marxista, como referência principal para análise da escola enquanto espaço de expressão das contradições fundamentais da sociedade de classes. Ensaia, ainda, uma análise da educação brasileira na atualidade.

INTRODUÇÃO

Analisar a escola como grupo instituído, ou seja, como uma instituição social, é tarefa ampla e complexa. Faremos, todavia, uma opção por uma abordagem que procura situar como se apresentou a discussão do tema, ao longo do tempo. Procuraremos contrapor, brevemente, as duas abordagens teóricas que se distanciam em seus princípios fundamentais e que são mais utilizadas nesse debate - funcionalismo e marxismo, para, em seguida, centrar a análise nessa última, que considera as contradições da sociedade de classes como princípio teórico fundamental para a análise da escola. Analisaremos, ainda, algumas vertentes dentro dessa última abordagem, considerando suas origens, desde Marx, até autores mais recentes. Finalmente, situaremos a discussão do tema referido na literatura sociológica acerca da educação no Brasil, centrando no período atual, que tem se constituído num momento historicamente significativo da discussão sobre a educação brasileira, seus impasses e perspectivas.

1. As abordagens em questão

Na análise mais ampla da questão da escola como grupo instituído podemos destacar duas abordagens principais que se contrapõem por seus princípios teóricos fundamentais:

- uma primeira que analisa a sociedade e as diversas instituições sociais tomando como pressuposto a idéia de consenso, representada originalmente

* Professora Assistente do Departamento de Fundamentos Sócio-filosóficos da Educação do Centro de Educação da UFPE.

pelo positivismo de Comte, o funcionalismo de Durkheim, o organicismo de Spencer e, mais recentemente, a teoria dos sistemas de Parsons.

- uma segunda que analisa a sociedade e as diversas instituições sociais, e entre elas a escola, fundamentada em relações de classes antagônicas e contraditórias, derivadas de interesses opostos formulados a partir do desenvolvimento histórico das relações de produção. Esta abordagem é representada originalmente por Marx.

1.1. A visão do consenso

Na primeira abordagem aqui enunciada - a do consenso, o papel da escola como grupo instituído, é colocado em destaque. A escola aparece como uma das instituições sociais fundamentais para a integração e manutenção de uma ordem social determinada.

Em Durkheim, um dos principais representantes dessa abordagem, o destaque dado à instituição escolar fica bem evidenciado. Nesse autor, a sociedade é concebida como possuindo uma "personalidade própria", acima das personalidades individuais e, para sobreviver e manter-se integrada, precisa desenvolver certas condições morais em todos os indivíduos.

Essa visão de sociedade integrada ao exigir o exercício de certas funções das instituições sociais para ter continuidade, atribui à escola papel fundamental nesse processo, através da divulgação de valores culturais, estabelecidos através do consenso entre todos os indivíduos - consenso espontâneo.

Assim, a escola representa o local de divulgação desses valores consensuais, atuando no sentido da manutenção da ordem estabelecida, ordem essa que, para esse autor, significa a direção para o progresso e desenvolvimento da humanidade, segundo o modelo da sociedade capitalista ocidental.

Propondo uma apreensão objetiva e neutra da realidade, livre de tendências individuais e por prenoções, Durkheim apreende as funções da escola numa realidade específica - o sistema capitalista burguês em expansão, colocando-a como uma ordem social indicativa de progresso e desenvolvimento da humanidade. Priorizando uma metodologia de análise que realiza um corte sincrônico da realidade, procurando apreender a estabilidade e a ordem social, não considera, como afirma Tiryakyan (1980), um aspecto fundamental da análise das sociedades que é a questão da mudança e do conflito entre grupos sociais determinados.

Essa perspectiva, aqui tratada sinteticamente, correndo inclusive o risco de fazer uma apreensão superficial das idéias do autor em análise, responde, a nosso ver, a interesses específicos dentro da sociedade capitalista, uma vez que não concebemos a possibilidade da produção de conhecimentos, especialmente nas ciências sociais, desvinculado de interesses sociais que permeiam formações sociais concretas¹. Nesse sentido, consideramos que essa abordagem atende aos interesses

de manutenção da ordem burguesa defendida, inclusive, por inúmeros de seus representantes, e a escola como grupo instituído, torna-se pois, fundamental, agindo na direção de reforçar os valores existentes, servindo, portanto, como elemento de controle social conservador.

Contrapondo-se a essa concepção, que vê no consenso o elemento fundamental da estrutura da sociedade, uma outra abordagem, que historicamente é contemporânea à primeira, faz-se presente, destacando o conflito entre grupos e classes como o princípio primeiro da organização social.

1.2. A abordagem do conflito

Essa segunda abordagem, que tem em Marx o seu principal representante, considera a organização da sociedade como resultado das relações dos homens entre si e com a natureza para produção de sua sobrevivência.

Para esse autor, a produção das condições materiais de sobrevivência vem delineando, no processo de desenvolvimento histórico, formas determinadas de relações de produção, que significam relações sociais específicas dos homens entre si. Marx (1987), em um dos seus textos clássicos - *A ideologia Alemã*, considera que os homens desenvolvem suas relações de produção e, na medida em que estas se complexificam, vai se estabelecendo a divisão do trabalho que se constitui num elemento importante para a compreensão do desenvolvimento histórico das sociedades.

A divisão do trabalho que inicialmente se dá pelas diferenças naturais, posteriormente vai se delineando segundo outros critérios e se aprofundando. Evidencia-se a divisão do trabalho entre campo-cidade, indústria-comércio, dentro das próprias indústrias e entre trabalho manual e intelectual, sendo esse último critério fundamental na concepção de Marx.

É através desse aspecto da organização social, que ele analisa as formas diferenciadas de apropriação dos meios e resultados da produção, caracterizando, assim, formações sociais específicas: primitiva, tribal, feudal e capitalista.

É, no entanto, na produção histórica da sociedade capitalista, a partir das relações sociais de produção e da divisão da propriedade que Marx vai centrar sua análise.

Para ele, a forma diferenciada da apropriação dos meios de produção e do produto por uma classe determinada - a burguesia, que se definiu na sociedade capitalista, trouxe configurações específicas para as relações sociais de produção, caracterizando-se, fundamentalmente, por uma relação de classes opostas e contraditórias.

1 A relação entre produção do conhecimento e ideologias, implicando valores e interesses sociais específicos, tem sido amplamente discutida nas ciências sociais, destacando-se, nessa discussão, o texto de Lowy, *Ideologia e Ciência Social*, 1985.

Embora alguns autores considerem que o conceito de classes sociais não aparece claramente formulado por Marx, admite-se que na visão do referido autor, as classes sociais se materializam a partir das relações entre grupos sociais específicos no sistema produtivo e das formas de apropriação dos meios de produção e da força de trabalho. Teríamos, pois, duas classes fundamentais, a burguesia, proprietária dos meios de produção, e o proletariado que não possui a propriedade dos meios de produção nem do resultado do seu trabalho. O proletariado apenas possui sua força de trabalho que vende ao capitalista, produzindo valor por este último apropriado.

Considerando, em linhas gerais, os elementos principais da concepção marxista, podemos perceber como essa concepção apreende o desenvolvimento da sociedade capitalista tendo por base contradições de classes fundamentais.

As classes sociais fundamentais constituídas por indivíduos que são, ou não, proprietários dos meios e dos resultados da produção, veiculam interesses específicos e contraditórios. A abordagem marxista considera a contradição como categoria principal para a análise e compreensão da sociedade capitalista, realizada dentro de uma visão dialética - processo de oposição/negação do real. Como afirma o próprio Marx (1987), ainda na "Ideologia Alemã", o nascimento do capitalismo já traz em seu bojo a sua própria negação. Nesse sentido, enquanto a burguesia se afirma como classe dominante, exercendo o poder sobre o proletariado, esse último, como classe que opõe a essa relação, luta para ultrapassá-la. No nascimento do dominador já existe, pois, o gérmen da sua destruição presente no dominado.

Fazendo uma opção pela abordagem marxista acerca da sociedade capitalista e de suas relações sociais de dominação específica, para compreender a "escola como grupo instituído", precisamos, agora, explicitar um pouco mais essa concepção, o que nos propomos fazer a seguir.

2.A escola como grupo instituído

Para desenvolver uma análise dessa questão torna-se necessário considerar o aspecto da dominação/exploração de classes, que não se dá apenas no espaço da produção, mas também no nível ideológico.

Considerando que a consciência é produzida numa relação direta com as condições materiais de vida dos homens e que não é a consciência que produz as condições materiais de vida, mas as condições materiais é que produzem a consciência, segundo pensado por Marx, pode-se vislumbrar a existência de ideologias distintas, opostas e contraditórias numa mesma formação social.

Nesse sentido, pois, coloca-se para a classe dominante, que exerce a dominação no espaço das relações de produção, a questão da dominação no nível da consciência, da ideologia. Para isso, a burguesia se utiliza das diversas instituições sociais no nível da superestrutura ideológica para manter e consolidar as relações de dominação exercidas com base na estrutura econômica.

É portanto, no espaço das relações de dominação ideológica que a concepção marxista possibilita situar a escola como grupo instituído, constituindo-se num espaço de reprodução da ideologia da classe dominante.

Para Marx, a superação da situação de exploração/dominação dar-se-á mediante o acirramento das contradições básicas do sistema capitalista - desenvolvimento das forças produtivas no conjunto da sociedade, levando, por um lado, à acumulação da produção cada vez mais nas mãos da burguesia, como reflete Carnoy (1988), e, por outro, ao empobrecimento do proletariado, que, a partir dessas relações conseguirá construir uma visão de mundo diversa da dominante e, conseqüentemente, lutar pela tomada do poder.

Apesar da produção teórica de Marx não contemplar especificamente a escola, consideramos que essa abordagem, aqui sintetizada, apresenta aspectos importantes para a discussão acerca da escola enquanto instituição social. Essa abordagem tem norteado o trabalho de grande parte dos estudiosos que concebem a sociedade e suas instituições, considerando os conflitos e contradições que a permeiam. Vejamos algumas delas a seguir.

Podemos discutir, mais especificamente, as abordagens sobre a escola e as contradições da sociedade de classes, considerando duas vertentes importantes:

Numa primeira vertente, apesar da escola aparecer vinculada a uma sociedade estruturada segundo interesses contraditórios, não se discute a possibilidade de superação do sistema capitalista, com a qual a escola poderia contribuir. A própria idéia de contradição implica já a idéia de superação, discussão essa que não aparece dentre os principais representantes dessa visão, entre os quais podemos destacar:

Bourdieu e Passeron (1975), com o livro "A Reprodução". Nesse trabalho os autores analisam o aspecto da dominação simbólica da uma classe determinada sobre a sociedade como um todo. O ato pedagógico é visto como um ato de "violência simbólica". Não se coloca, para esses autores, o aspecto da superação e da luta de classes, o que levou Snyders (In Saviani, 1984), a afirmar "Bourdieu e Passeron ou a luta de classes impossível".

Althusser (1983), com o livro "Aparelhos Ideológicos de Estado". Numa leitura estruturalista da concepção de Marx, esse autor, apesar de abordar o aspecto da luta de classes presentes na sociedade capitalista, na análise específica da escola dilui o aspecto de luta de classes, aparecendo, a escola, apenas como espaço de reprodução das relações de produção e de dominação ideológica.

Baudelot e Establet (1971), com o livro "L'école capitaliste en France". Avançam na discussão sobre a escola e as contradições de classes, vendo-a como dual. Para esses autores, a escola única e universal defendida no discurso burguês, é uma farsa, uma vez que existem duas escolas diferenciadas, representativas da estrutura básica das classes fundamentais no capitalismo - burguesia e proletariado. Para esses autores, no entanto, a luta de classes se dá, essencialmente, fora da escola, onde a classe trabalhadora formula suas concepções de mundo opostas às concepções dominantes.

Essas concepções, principalmente a última delas, foram bastante discutidas entre os educadores brasileiros e conduziram, concretamente, à aceitação da versão de que à escola nada cabia fazer no sentido da transformação social, uma vez que servia como elemento fundamental de reprodução da dominação.

- Na segunda vertente a escola é vista como espaço importante da explicitação da luta de classes, evidenciando, desde a sua organização, contradições fundamentais da sociedade capitalista. Nessa perspectiva a escola pode contribuir como espaço de instrumentalização dos segmentos dominados para a construção de uma visão de mundo coerente e homogênea, possibilitando o desencadeamento do processo de construção de um novo projeto social. Gramsci é um dos principais representantes dessa vertente.

3. Conclusões

As lutas históricas que marcaram o país nos últimos anos, com projetos políticos sociais bastante diferenciados e antagônicos, indo desde a perspectiva da transformação social radical proposta por alguns grupos no início da década de 60, com ênfase na educação e na cultura como elemento principal dessa transformação, até a radicalização do processo de dominação com a tomada do poder pelos militares em 64, e a conseqüente imposição do silêncio a qualquer manifestação de oposição, implicaram em ênfases diferenciadas nas teorias educacionais.

Do período significativo, anterior ao golpe de 64, quando o debate se centrava na necessidade da organização popular, da educação como elemento de politização, da "educação como prática de liberdade" e de humanização, da educação popular como resgate da cultura do povo, tendo por base uma concepção que procura explicitar as contradições presentes na sociedade e as possibilidades de sua superação, passamos a um período de repressão que significou um redirecionamento imposto às elaborações teóricas sobre a educação brasileira, surgindo com maior peso uma perspectiva tecnicista da educação.

A nosso ver a própria abordagem a partir das contradições das sociedades de classes, numa perspectiva histórico-dialética, fornece-nos elementos importantes para a compreensão do desenvolvimento histórico do processo de reflexão e construção teórica sobre a educação brasileira.

As contradições, no sentido da afirmação da dominação de determinadas classes, de um lado, e da luta pela superação dessa dominação, de outro, continuaram existindo no início da década de 70. No que se refere ao pensamento educacional, esse refletiu essa situação de lutas sociais, transformando-se num campo significativo de confrontos, especialmente através de trabalhos acadêmicos de peso, como os de Saviani (1984) e de Paiva (1973) entre outros, que buscavam saídas para a análise da educação brasileira diante da complexa situação social e política do país.

Pensar as diversas abordagens sobre a "escola como grupo instituído e as

contradições da sociedade de classes", considerando o surgimento das mesmas e sua vinculação com a realidade concreta, é pensar as próprias contradições da sociedade capitalista uma vez que adotamos essa perspectiva.

Recentemente a produção teórica na área da educação no Brasil tem constatado o crescimento quantitativo e qualitativo dos estudos sobre questões fundamentais para o sistema educacional brasileiro, considerando as contradições materializadas em nossa escola, resultante de sua inserção nas contradições fundamentais que marcam a sociedade brasileira. Reflexão muito importante nesse sentido, foi feita por Gadotti (1990), no seu livro "Pensamento Pedagógico Brasileiro", onde procura analisar as diversas tendências das recentes reflexões sobre a educação brasileira, destacando-se, em todas elas, a referência a categorias teóricas, tais como: contradição, luta de classes e superação da situação de dominação, apesar de apresentarem enfoques diferenciados - Freire, Pedagogia do Oprimido; Brandão, Cultura e Educação Popular; Saviani, à Questão dos conteúdos; Gadotti, Pedagogia dos conflitos. Esses autores, entre tantos outros, têm colocado como problema principal de seus estudos pensar a educação brasileira; pensar a quem ela serve e a quem deveria servir. Toma-se como referência as lutas de classes que permeiam todas as relações sociais e manifestações concretas da sociedade brasileira, pensando como superá-las no sentido da construção de uma sociedade verdadeiramente democrática.

O problema da superação da contradição básica da sociedade capitalista tem-se colocado para uma parte significativa daqueles que vêm refletindo sobre a educação brasileira; apesar desta concepção não ainda hegemônica, tem se fortalecido e se generalizado cada vez mais. A construção dessa hegemonia só se dará, na medida em que se tenha não apenas o consenso em torno de uma concepção determinada, mas também a direção do processo de organização do sistema educacional e principalmente da sociedade em sua totalidade e articulando-se com as organizações das classes sociais subalternas.

No momento atual, fazendo uma reflexão sobre a escola como grupo instituído e as contradições da sociedade de classes, concordamos com a análise feita por Frigotto (1982), quando afirma que não superamos plenamente a visão positivista e funcionalista da educação, ainda presente "firme e forte" na reflexão de educadores brasileiros, especialmente, na área governista, onde exercem a direção e o controle das decisões educacionais, conseguindo o consenso em grande parte dos próprios dominados, configurando assim o domínio hegemônico da classe que representam. Esta hegemonia, no entanto, vem sendo profundamente questionada em diversos níveis da organização social, desde os movimentos de bairros, associações profissionais, sindicatos, etc; os próprios representantes do poder têm mudado o discurso autoritário para um discurso mais liberal.

Coloca-se, pois, para os educadores e para aqueles que refletem sobre a educação brasileira, um momento historicamente significativo. Um momento de trazer à tona os conflitos estruturais, construindo uma hegemonia diversa da dominante.

A consideração da contradição, como categoria de análise da realidade concreta, implica na compreensão dos processos de dominação e de sua superação. A classe dominante só existe porque existe a classe trabalhadora. Por outro lado, a classe trabalhadora existe como resultado das relações estabelecidas com a classe dominante e tem como projeto político implícito, que pode se tornar explícito no jogo das forças sociais antagônicas, a negação da exploração/dominação.

Como afirma Souza (1989), a classe trabalhadora tem como projeto histórico a superação da dominação, só ela pode desenvolver um projeto diferente do existente. A classe dominante não pode ter esse projeto, pois significaria a "sua morte".

A alternativa, pois, que se coloca para aqueles que fazem a teoria e a prática da educação brasileira, no dia a dia, é a construção de uma síntese, de uma práxis, que articule teoria e prática, no sentido de contribuir para a superação das contradições de uma sociedade que se estrutura sobre bases de apropriação/exploração/dominação da produção material e social da classe trabalhadora, articulando-se com outros setores da sociedade brasileira comprometidos com os interesses dos dominados².

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTHUSSER, Louis. Aparelhos Ideológicos de Estado. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- BAUDELLOT, Claude e ESTABLET, Roger. L'école Capitaliste en France. Paris: Maspero, 1971.
- BOURDIEU e PASSERON. A Reprodução: Elementos para uma Teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1975
- CARNOY, Martin. Estado, Governo, Sociedade. Para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação, Trabalho e Consciência de Classe Trabalhadora. In: Conferência Brasileira de Educação. 2, Belo Horizonte, 1982.
- GADOTTI, Moacir. Pensamento Pedagógico Brasileiro. São Paulo: Ática, 1990.
- GRAMSCI, Antônio. Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- _____. Concepção dialética da história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- LOWY, Michael. Ideologia e Ciência Social. Elementos para uma análise Marxista, São Paulo: Cortez, 1985.
- MARX, Karl. Ideologia Alemã. São Paulo:, Editora HUCITEC, 1987.
- PAIVA, Vanilda P. Educação Popular e Educação de Adultos. SP, Loyola, 1973.
- SANDER, Benno. Consenso e Conflito. Perspectivas Analíticas na Pedagogia e na Admi-

² Esse texto, com pequenas alterações, é resultante de trabalho produzido em fevereiro de 1989, durante prova do concurso público realizado pelo Departamento de Fundamentos Sócio-Filosóficos da Educação, do Centro de Educação da UFPE, do qual participamos. Text of Footnote

- nistração da Educação. Rio de Janeiro: Pioneira, 1984.
- SAVIANI, Dermeval. Escola e Democracia. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1984.
- SOUZA, J. Francisco. Uma Pedagogia da Revolução. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1987.
- TIRYAKYAN, B. "Uma Leitura atual de Durkheim". In: Bottomore. T. História da Análise Sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.